

Constituição muda luta trabalhista

Ao incorporar a seu texto reivindicações históricas do movimento sindical, como a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais, o direito de greve e a liberdade de organização, a Constituinte encerra a fase heróica da luta trabalhista no Brasil. Em grande parte, ela atende as exigências que fizeram os metalúrgicos se levantarem em 1978, acendendo o estopim grevista que, até hoje, dá demonstrações de vigor e longevidade. O que ocorrerá de agora em diante os representantes das diversas correntes sindicais apenas começam a discutir.

Há um ponto, contudo, em que todos parecem concordar: a nova Carta não vai botar água na fervura sindicalista. Com toda certeza, porém, ela veio para transformar profundamente o papel dos sindicatos. A próxima reunião da CGT (Central Geral dos Trabalhadores), marcada para o dia 20, é um bom exemplo disso. Sua direção vai instruir as 1 mil 400 entidades filiadas a recorrer ao novo recurso instituído pela Constituinte, o mandato de injeção na Justiça do Trabalho, para garantir que as novas regras sejam respeitadas pelo empregado. O presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, prevê mesmo que "haverá uma sobrecarga do Poder Judiciário num primeiro momento".

Waldemar Sabino



Com 22 anos de trabalho em serrarias, o mineiro Edson Novais, 35, disse que está "por fora" da nova Constituição porque sua televisão está queimada. Mas sabe que a URP é "um aumento que vem todo mês" e disse ter ido ao sindicato de sua classe apenas duas vezes: na primeira para "fazer um acerto" e na segunda para reclamar de seu patrão que não assinara sua carteira e pagará percentual de aumento abaixo do determinado em lei. Edson não é sindicalizado e se justifica: "Não adianta ficar discutindo coisas que a gente não entende." O pouco conhecimento que tem de leis trabalhistas valeu-lhe, entretanto, para exigir também do atual patrão a assinatura da carteira de trabalho.

O candidato do PT à Presidência da República, Luís Ignácio Lula da Silva, grande líder da corrente adversária à CGT, não diminui a importância dos recursos jurídicos colocados à disposição dos trabalhadores, mas acha que não falta o que reivindicar. "As conquistas", segundo ele, "foram muito pequenas". Lula concorda, entretanto, que "a Constituinte abre momentos decisivos na luta da classe trabalhadora". E tudo indica que não serão mais tranquilos do que os do passado.

Na Bahia, 77 mil trabalhadores — químicos, petroquímicos, petroleiros, têxteis, bancários e metalúrgicos, da Caríbia Metais — já detectaram, na mesa de negociação coletiva (essas categorias têm datas-base em 1º de setembro), a resistência patronal para acatar disposições já aprovadas pela Constituinte. É o caso da jornada de trabalho de seis horas diárias para os empregados que trabalham no sistema de revezamento de turnos, ou seja, em indústrias que exigem produção ininterrupta, como as siderúrgicas, as refinarias e as petroquímicas.

Na sexta-feira, durante a primeira audiência de conciliação entre as partes, no Tribunal Regional do Trabalho baiano, os empresários asseguraram aos sindicatos dos trabalhadores em indústrias têxteis que não vão acatar a jornada de

seis horas. Atualmente, as indústrias que trabalham ininterruptamente operam suas máquinas com quatro turnos de operários: Enquanto um turno folga, os outros três se dividem em jornadas de oito horas diárias. Para cumprir a Constituição, seria necessário um quinto turno de trabalho. "Eles vão tentar burlar", garante o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador, Renildo Sousa.

Para esse sindicalista, a Constituinte vai colocar mais lenha na fogueira dos trabalhadores. As conquistas, ele acha, foram parciais.

O fôlego sindical recebeu dois fortes impulsos: a liberdade e autonomia sindicais, que libertou as entidades das amarras do Ministério do Trabalho, e o direito de greve. "Eram as duas cadeias que mais nos estrangulavam", diz Souza. "Agora será potencializada a ação sindical", aposta.

O aquecimento para a luta já começou na semana passada. Os nove mil metroviários de São Paulo decidiram em congresso — que contou com a presença de 120 delegados escolhidos nos locais de trabalho — articular com outros setores uma estratégia para entupir a Justiça do Trabalho com mandatos de injeção ao menor sinal de desrespeito da lei. "Te-

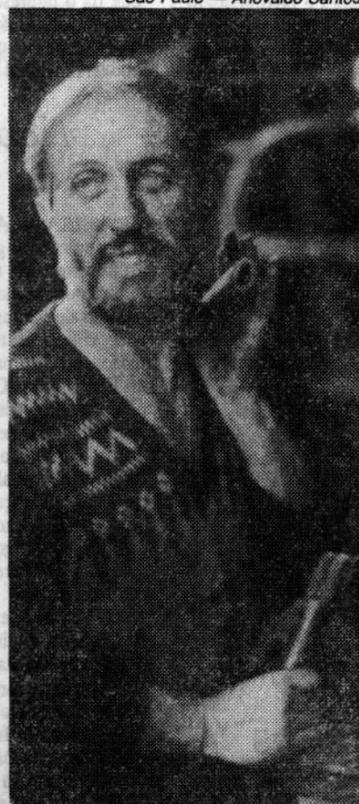
Belo Horizonte — Waldemar Sabino



"Não tive licença nem de três meses quando ganhei meus dois filhos, quanto mais de quatro meses", disse a bóia-fria Anaide Lopes da Silva (à esquerda), 36 anos, filiada ao Sindicato Rural de Duartina (SP). Anaide trabalha como diarista em seringais, ganhando Cz\$ 600 por jornada, e diz entender pouco de leis. Mas não tem dúvidas sobre a nova Constituição: não viu nada de bom para o trabalhador rural. Categórica, afirmou: "Não gostei nada da reforma agrária. Em negócio de repartição de terra, a gente só sofre." Mesmo assim acha que compensa continuar na luta e ir "até o fim". Para ela, "o governo só presta para armar a polícia". Alberto

Alves, presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Vestuários do Rio Grande do Sul, endossa as palavras da bóia-fria. Dirigente de uma categoria composta majoritariamente por mulheres — 53% —, Alberto Alves observou que as trabalhadoras ficaram satisfeitas com a nova licença para gestantes, mas ressaltou que a preocupação maior deve ser o direito a um salário justo. "Mais importante do que folgas maiores depois da gestação é poder criar o filho dignamente." A licença de quatro meses, segundo Alves, já fazia parte da pauta de muitos dissídios e tem sua importância, "mas não altera a essência da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores".

São Paulo — Arioaldo Santos



Descrença é a palavra certa para definir o sentimento de Pascoal Paradiso, 41 anos, empregado de uma pequena serralheria no bairro de Bela Vista, na capital paulista, em relação à nova Constituição. Com a experiência de quem trabalha desde os 11 anos diz: "Até hoje não consegui ter casa própria e só tenho dúvidas em relação à Constituinte. Na prática, vai ficar tudo como está." Desquitado, pai de quatro filhos, e ganhando por mês Cz\$ 40 mil, Pascoal cita seu colega de serralheria, Luís Gomes de Lira, que desconhece completamente as conquistas sociais da nova Constituição. "Esse nem quer saber do que se passa. Não viu e não gostou das novas leis."

Medeiros leva fé nas conquistas

SÃO PAULO — "Os sindicatos ficaram mais fortes", afirma o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio de Medeiros, que dirige a maior entidade sindical da América Latina em sua categoria, representando 370 mil trabalhadores. Defensor do "sindicalismo de resultados", Medeiros cita os mandados de injeção como um dos principais instrumentos aprovados pela Constituinte entre as chamadas conquistas sociais.

"Antes, se uma empresa reduzia a jornada de trabalho e também o salário, os processos e ações trabalhistas tinham que partir de cada um dos trabalhadores atingidos, resultando numa longa batalha judicial. Agora, com a nova Constituição, o mandato de injeção — que engloba todos os operários de uma vez — elimina esse problema", explica Luís Antônio de Medeiros. Hoje, ele estará em Mogi das Cruzes, a 40 quilômetros de São Paulo, no clube de campo de seu sindicato, para presidir uma importante reunião dos metalúrgicos da capital paulista.

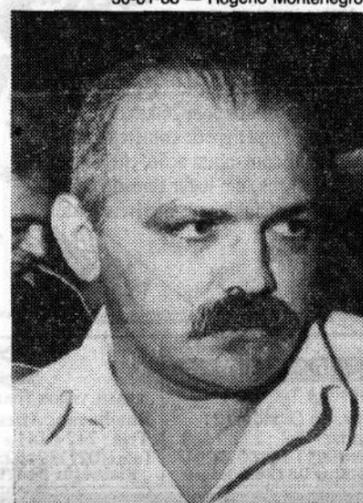
Cerca de 5 mil representantes de fábricas, ativistas e delegados sindicais moldarão a lista de reivindicações a ser apresentada ao grupo 14 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que cuida especialmente das negociações com o setor metalúrgico, cuja data-base é 1º de novembro.

"Nossa campanha salarial pretende obedecer e se adaptar à legislação definida na nova Constituição. O item delegado importante, por exemplo, foi a coisa mais importante aprovada e, por ironia, surgiu de uma emenda de Roberto Cardoso Alves, que não pode ser classificado como um político progressista. Essa medida revolucionária na legislação marca também um fato: a esquerda não fez nada", comenta Medeiros.

Para o dirigente sindical, a nova Constituição não alterou a estrutura sindical brasileira e, mesmo em relação ao direito de greve, na sua opinião, não traz mudança: "Agora, não há greve ilegal, mas também não há a greve legal", acrescenta com humor. Luís Antônio de Medeiros sustenta que, mesmo sem mudança na estrutura de funcionamento, os sindicatos ficaram mais fortes:

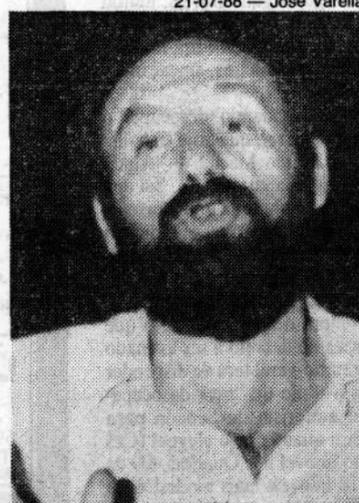
"Duas fontes de recursos — a contribuição sindical e a contribuição assistencial — são agora asseguradas integralmente na lei. Antes, por exemplo, a contribuição assistencial dependia de uma negociação durante o acordo coletivo de trabalho", lembra ele.

30-01-88 — Rogério Montenegro



Medeiros vê grande vitória

21-07-88 — José Varela



Meneguelli vê pouco avanço

Novas leis na balança dos sindicalistas

Uma conquista por 20 anos de luta, e não uma dádiva. Assim o movimento sindical deve encarar as vitórias inseridas na Constituição, segundo o economista Francisco Sales Gonçalves, o Chicão, 45 anos, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), em São Paulo. "Os constituintes reconheceram direitos que na prática já haviam sido conquistados e sobre os quais havia um consenso expressivo", analisa Gonçalves. Houve derrotas, ele ressalva, mas o movimento sindical não deve minimizar os avanços.

Em sua opinião, as derrotas foram a manutenção do imposto sindical, a obrigatoriedade do sindicato único e, mais importante, o reconhecimento de apenas um representante "para 200, 2 mil ou 20 mil trabalhadores". Com a promulgação da nova Constituição, a luta por novos direitos vai ficar temporariamente encerrada. O principal será a luta pelo cumprimento do que foi aprovado", diz o economista.

Representante de 25 mil trabalhadores em 80 municípios do estado de

São Paulo, o presidente do Sindicato dos Eletricistas, Antônio Rogério Magri, acha que a livre negociação vai exigir "atitudes maduras" dos sindicalistas e é a maior novidade social da Carta. Quanto à ampliação do direito de greve, ele diz: "A greve é uma faca de dois gumes. Tanto pode servir para o mal quanto para o bem. Como ficou fácil fazê-la, teremos que usá-la bem e quando necessário. Não vamos paralisar por causa de um café amargo ou em solidariedade à Nicarágua."

A viabilização das conquistas obtidas pelos trabalhadores rurais é a preocupação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de São Paulo (Fetacap). Dirigente de 160 sindicatos que agregam 1,2 milhão de trabalhadores, seu presidente, Orlando Izque Birrer, acredita que, apesar da derrota da reforma agrária, "é inegável que a Constituição trouxe avanços". Birrer considera a equiparação de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos a vitória principal. "Uma discriminação injustificável, que finalmente foi abolida, pelo menos no papel", define.

Em Minas Gerais, o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem já colocou na sua pauta de reivindicações as conquistas incluídas na nova Carta. Mas seu secretário-geral, Paulo Moura Ramos, afirma que a luta contra o arrocho salarial, pela estabilidade no emprego e pela jornada de 40 horas, continua.

Para Meneguelli a briga prossegue

"A nova Constituição foi mais uma etapa na luta da classe trabalhadora, que não muda essa luta", avaliou o presidente nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Jair Meneguelli. Ele destaca a "frustração" por não ter sido conquistada a liberdade de organização. "O Estado vai continuar dizendo de que forma devemos nos organizar", lamentou, elegendo desde já essa liberdade como uma das novas bandeiras do sindicalismo.

"Vamos chegar à liberdade de organização na marra, na prática", disse Meneguelli, revelando que em São Bernardo do Campo e Santo André, os metalúrgicos sindicalizados decidiram em assembleia contribuir com 1% de seus salários para os sindicatos, que, em contrapartida, devolverão aos associados os 60% do imposto sindical destinados às entidades de classe. O presidente da CUT revelou também a intenção de fundir os sindicatos de Santo André, São Bernardo e São Caetano em um só, que seria o sindicato de metalúrgicos da região do ABC.

Meneguelli afirmou que as conquistas dos trabalhadores na nova Constituição não mudam qualquer característica do movimento sindical brasileiro. "A conquista da jornada de 44 horas não anula a luta pelas 40 horas. Continua também a luta pela liberdade de organização", afirmou.

Segundo Jair Meneguelli, são sindicalizados de 18 a 20% dos trabalhadores (o constituinte Paulo Delgado (PT-MG) afirma que são apenas 10%) e atribui o baixo índice à tutela do imposto sindical, que foi mantida na nova Constituição.

Também a rotatividade do trabalhador brasileiro prejudica a sindicalização, disse o presidente da CUT. Porém, segundo ele, dos 130 mil metalúrgicos de São Bernardo do Campo, mais de 80 mil são sindicalizados. Mas, admitiu que a realidade é muito diferente em uma pequena serralheria: "É difícil estendermos os benefícios dos metalúrgicos da Volkswagen a uma oficina de fundo de quintal. Não dá para fugir de certas realidades", disse Meneguelli.

Participaram Fernando Zamith, Happy Carvalho, Juarez Porto, Lúcia Helena Gazolla, Luiz Maklouf de Carvalho, Maurício Lara e Sônia Carvalho